

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com Reserva

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **Instituto de Ação Social das Forças Armadas, I.P.** (a Entidade ou IASFA), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 138.109.603 euros e um total de património líquido de 97.017.378 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 612.579 euros), a demonstração dos resultados por natureza, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, e exceto quanto aos eventuais efeitos das matérias referidas na Secção “*Bases para a opinião com reserva*”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do **Instituto de Ação Social das Forças Armadas, I.P.** em 31 de dezembro de 2024, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião com reserva

A rubrica de Fornecedores inclui cerca de 25 milhões de euros de dividas a pagar à EMGFA/HFAR, as quais se encontram em processo de reconciliação e regularização. Esta dívida da ADM inclui montantes resultante de atos médicos prestados, entre 2015 e 2018, a militares no ativo ou na reserva na efetividade do serviço, cuja responsabilidade, segundo o Tribunal de Contas, recai sobre o Orçamento do Estado e não pela ADM. Do processo de negociação em curso poderão resultar regularizações com impacto nas rubricas de Fornecedores e Fundos Patrimoniais, os quais não estamos em condições de quantificar.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reserva.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza

material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais

Auditamos as demonstrações orçamentais anexas da Entidade que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 115.676.562 euros) e a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de 103.099.825 euros) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas da entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, exceto quanto aos seguintes factos:

- a) O reconhecimento dos compromissos transitados, associados a obrigações a pagar de anos anteriores, está a ser efetuado apenas quando existe disponibilidade de fundos disponíveis e dotações corrigidas. Desta forma, verifica-se uma insuficiência nos montantes apresentados no mapa da execução orçamental nos compromissos a transitar e nas obrigações por pagar, de cerca de 30 milhões de euros, associados ao HFAR. De referir que esta dívida encontra-se em processo de negociação. Esta situação também poderá ter impactos nas contas de compromissos e obrigações de anos futuros.
- b) Na sequência da insuficiência de fundos disponíveis, e muitas vezes por atrasos na preparação dos processos de aquisição de bens e serviços, os procedimentos de contratação são efetuados na medida dos fundos e dotações disponíveis, bem como a necessidade de recurso a procedimentos justificados como de carácter urgente.

- c) Não estão a ser refletidos na execução orçamental os montantes relativos às obras realizadas em imóveis pelos inquilinos, em contrapartida de uma redução temporária da renda, que se consubstanciam em despesa orçamental sem transação monetária. Esta situação não se encontra refletida por dificuldades de natureza informática.

Sobre o Relatório de Gestão

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos das matérias referidas na seção *‘Bases para a Opinião com Reservas’* do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras, exceto quanto aos efeitos das matérias referidas na seção *‘Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares sobre as demonstrações orçamentais’*, o relatório de atividades foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e demonstrações orçamentais, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Conforme referido no capítulo n.º 5 do Relatório de Gestão, a Entidade não incluiu, na sua plenitude, as divulgações previstas na NCP 27 – Contabilidade de Gestão, mas divulgou as razões para esta insuficiência.

Lisboa, 3 de outubro de 2025

Antunes Rodrigues, Célia Custódio & Associado - SROC, Lda.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:
Célia Maria Pedro Custódio
ROC n.º 1286 / CMVM n.º 20160897